



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas

Pesquisas em Humanidades em tempos de pandemia da Covid-19: relevância e financiamento

Cleiton Pinheiro Viana

Brasília

2023

CLEITON PINHEIRO VIANA

Pesquisas em Humanidades em tempos de pandemia da Covid-19: relevância e financiamento

Trabalho apresentado à disciplina de Projeto de Curso como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciado em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Profa. Dra. Rozana Reigota Naves.

Brasília – DF

2023

A mim, que nunca desisti e sempre lutei pelos meus sonhos. *“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”*. **Mahatma Gandhi.**

Agradecimentos

Agradeço a Deus, primeiramente, que me deu força para concluir esta etapa da minha vida, bem como por derramar suas bênçãos sobre mim e iluminar o meu caminho nos momentos mais difíceis e desafiadores.

A minha família, base de tudo na Terra, que sempre me apoiou e me ajudou durante toda a minha caminhada até aqui.

A minha irmã, Laíse, que me ajudou e me aconselhou nos momentos de angústia e indecisão da minha vida.

Aos meus professores: Viviane Resende, Gersiney Santos, Gislene Barral e tantos outros que durante a graduação, tornaram-se exemplos de pessoas e profissionais.

Aos meus colegas de projetos de extensão e projetos de pesquisa, que tanto aprendi e compartilhei conhecimentos.

Aos meus colegas de trabalho da secretaria da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília: Andréa, Amanda, Nayara, Flávia, Paulo e aos demais que fazem parte das minhas manhãs de trabalho. A eles, minha gratidão por me apoiarem e me ajudarem a exercer um serviço de qualidade.

A minha chefe Inez e aos meus companheiros da Revista Direito.UnB: Lívia, Ida, Arthur que durante o meu estágio, pude aprender e ajudar a gerenciar uma Revista de tamanho prestígio.

Aos meus amigos e companheiros de curso e àqueles que passaram temporariamente em minha vida durante a graduação. Grato por fazer meus dias mais alegres.

Por fim, agradeço à minha orientadora Rozana Reigota Naves, que auxiliou e sempre esteve presente quando necessitei, contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho. Grato por confiar e acreditar em mim.

"Se a vida quer deixar você para baixo, quer saber o que deve fazer? Continue a nadar, continue a nadar..." **Colleen Hoover**

Resumo

O presente artigo pretende conceitualizar, de forma breve, a pandemia da Covid-19 e abordar reflexões sobre os impactos que ocorreram significativamente na educação e na ciência brasileira. Além disso, busca relatar de que forma o poder público investiu no financiamento de pesquisas para amenizar os impactos da pandemia na população e conter o contágio do coronavírus. Ademais, é apresentado uma análise sobre o impacto da pandemia em grupos vulneráveis, em especial as mulheres, e algumas medidas tomadas pela Universidade de Brasília em apoio aos que mais necessitam. Após essa análise, é feita uma breve exposição sobre a atuação do Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão (COPEI) em parceria com a UnB sobre a quantidade de projetos e recursos angariados para o combate da Covid-19. Por fim, é apresentado alguns projetos de extensão da UnB que foram essenciais para ajuda e combate à violência doméstica durante a pandemia. Os resultados da pesquisa apontaram que houve negligência por parte do poder público em atender as populações vulneráveis e que o elevado número de mortes causado pela pandemia se deu pela falta de investimento em pesquisas de forma eficiente.

Palavras-chaves: Covid-19; Ciência; Financiamento de pesquisas; Mulheres; COPEI.

Sumário

Introdução.....	8
1. Financiamento público: o SUS e recursos destinados à pesquisa científica.....	10
2. Impactos da pandemia na educação e na ciência brasileira.....	12
3. Recursos destinados a grupos sociais vulneráveis.....	14
4. Efeitos da pandemia na vida das mulheres.....	16
4.1 Violência doméstica contra mulheres e seus desafios como provedoras.....	17
4.2 UnB em apoio às mulheres.....	19
5. COPEI no combate ao coronavírus.....	20
6. Conclusão.....	21
7. Referências bibliográficas.....	21

Introdução

A pandemia de Covid-19, também conhecida como pandemia de coronavírus, é uma doença respiratória causada pelo vírus (SARS-COV-2). O vírus foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 em Wuhan, China. Tentativas de conter a propagação do vírus, que se espalhou para outros países do mundo, falharam. Com isso, medidas de isolamento social e protocolos de saúde e segurança foram impostos a toda a sociedade com o objetivo de frear o contágio.

No Brasil, a pandemia de Covid-19 teve início em fevereiro de 2020, quando foi identificado o primeiro caso, no estado de São Paulo. Em março do mesmo ano, o Ministério da Saúde (MS) declarou estado de emergência em saúde pública em todo o território nacional. As exigências sanitárias impostas pelo MS impactaram principalmente os grupos mais vulneráveis. Dessa forma, houve aumento no desemprego, no empobrecimento, na taxa da inflação e na exclusão social. Somado a isso, um governo negacionista, que ignorava a doença chamando-a de “gripezinha”, acontecia. Como resultado, o Brasil viveu hospitais lotados, descaso com a saúde e escassez de suprimentos. A conjuntura social, política e econômica causada pela pandemia fez com que empresas e universidades se engajassem em pesquisas para desenvolver vacina e suprimentos para combater a pandemia e seus efeitos em todas as esferas.

No entanto, o financiamento de pesquisas durante a pandemia tem sido um desafio para muitos pesquisadores. A onda do coronavírus afetou a economia global e muitos países ainda enfrentam abalos na economia. De acordo com a matéria disponível no site do The World Bank “Os impactos econômicos da crise da Covid-19”, alguns governos reduziram os orçamentos para pesquisa e muitos patrocinadores ficaram preocupados em gastar dinheiro em projetos de pesquisa que podem não ter um resultado imediato.

Apesar dessas dificuldades, o financiamento de pesquisas durante a pandemia tem sido um sucesso em muitos aspectos. Houve um aumento da colaboração entre laboratórios em todo o mundo e muitos pesquisadores têm sido capazes de acessar mais recursos financeiros do que em tempos normais. Além disso, muitos governos e empresas tiveram que realocar seus recursos financeiros para ajudar nas pesquisas da Covid-19.

¹ Trabalho desenvolvido como requisito para a conclusão do curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura, sob a orientação da Profa. Dra. Rozana Reigota Naves (Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas).

Em uma tentativa de enfrentar a pandemia causada pela Covid-19, o Governo Federal readaptou e reforçou a estrutura brasileira de saúde pública. O Sistema Único de Saúde (SUS) – maior sistema público de saúde do mundo e exemplo para outras nações – foi ampliado de forma que mais profissionais de saúde foram contratados e a assistência médica foi levada para populações de difícil acesso. Entretanto, essas medidas não foram suficientes para que o número de mortes causadas pela pandemia fosse evitado.

No Brasil, o Ministério da Saúde lançou o edital “Iniciativas do Sistema Único de Saúde para o enfrentamento da Covid-19”, que teve como objetivo apoiar projetos em todo o país, visando melhorar a resposta do sistema público de saúde à pandemia. Além disso, instituições privadas também se engajaram no financiamento a pesquisas durante a pandemia. É o caso da Fundação Lemann, que lançou o edital “Inovação para Todos no combate à Covid-19”, que ofereceu financiamento para ideias que buscavam solucionar problemas relacionados à pandemia.

Melo (2021), em artigo sobre o papel das universidades na mitigação da pandemia, destaca a atuação de 68 instituições no atendimento direto às populações locais:

Mais de três mil leitos hospitalares foram alocados em toda a rede universitária. E mesmo as universidades que não alocaram leitos, receberam pacientes regulares em suas instalações e assim colaboraram para ampliar o atendimento dos hospitais públicos. Ainda segundo a análise do relatório, é possível afirmar que mais de mil iniciativas de pesquisa foram desenvolvidas e quase 500 ações de solidariedade voluntárias foram realizadas por docentes, funcionários e alunos para dar assistência à comunidade. (MELO, 2021)

De outro lado, as instituições de ensino superior também tiveram um papel fundamental na criação de medidas para pesquisas relacionadas à pandemia. A Universidade de Brasília criou o Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão (COPEI) de combate à Covid-19 da UnB, com o objetivo de planejar, sistematizar e buscar viabilizar a execução de ações institucionais de pesquisa, inovação e extensão visando ao enfrentamento, no Distrito Federal e no Brasil, da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

Este estudo trata da relevância e do financiamento de pesquisas no contexto da pandemia da COVID-19, principalmente ao que diz respeito aos grupos sociais que mais sofreram com o impacto da doença. Mulheres, indígenas, pessoas com doenças respiratórias e moradores de periferias, são alguns dos exemplos que serão abordados neste capítulo. Para tanto, o objetivo deste estudo é demonstrar como a falta de recursos financeiros para pesquisas no Brasil impactaram a sociedade e de certa forma o combate à doença.

Este artigo está estruturado em sete breves seções, além desta introdução. A segunda aborda os impactos da pandemia na educação e na ciência brasileira; a terceira trata do financiamento público e o SUS no combate à COVID-19; a quarta se trata dos recursos destinados aos grupos sociais vulneráveis; a quinta traz reflexões acerca dos efeitos da pandemia na vida das mulheres como mantenedoras do lar; a sexta informa ações da Universidade de Brasília para mitigar a falta de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade social e cultural; a sétima seção elenca resultados do COPEI no combate ao coronavírus; e, finalmente, a oitava seção traz as considerações finais.

1. Financiamento público: o SUS e recursos destinados à pesquisa científica

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) no país, com o intuito de oferecer a todo e qualquer cidadão brasileiro, acesso integral universal e gratuito aos serviços de saúde. O SUS é considerado um dos maiores e mais completos sistemas de saúde do mundo, beneficiando cerca de 180 milhões de brasileiros e realizando milhares de atendimentos e cirurgias todos os anos. Constitui, portanto, uma das principais políticas públicas na área de saúde no Brasil, entendendo-se como política pública o que diz Santos (2023):

Política pública (ou políticas públicas) é o termo relacionado com áreas institucionalizadas do Estado, que têm por objetivo a solução dos problemas gerais que afetam a população - independentemente do contingente de pessoas. Teoricamente, é por meio de projetos, programas, estratégias e decisões tomadas pelos governos municipal, estadual e nacional que tais políticas acontecem (SANTOS, 2023, p. 131).

Além dos serviços prestados, o SUS promove campanhas, consultas, exames e outros procedimentos de extrema importância para a sociedade. Ademais, realiza ações de prevenção de vigilância sanitária, como fiscalização de alimentos e controle de medicamentos, que são atividades fundamentais para um sistema de saúde de qualidade. Para que haja acesso aos benefícios ofertados pelo SUS é necessária a implementação de políticas públicas eficazes e que atendam a toda a população.

Diante do cenário de uma pandemia, a pesquisa em saúde assume um papel de grande relevância no combate à doença. Com o avanço na descoberta de tratamento e de prevenção de doenças, o risco de propagação e de pessoas contaminadas por vírus, por exemplo, podem diminuir significativamente.

A Revista Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia publicou um artigo intitulado “Perfil e financiamento da pesquisa em saúde desencadeada pela pandemia da Covid-19 no Brasil”, de autoria de Mendes et al, que relatam pesquisa realizada entre 20 e

23 de abril de 2020, envolvendo buscas e análises em documentos públicos, principalmente em chamadas de editais de financiamento de pesquisas durante a pandemia. Foram feitos alguns levantamentos de sites e agências de fomento à pesquisa para coleta de dados da pesquisa. As instituições brasileiras que se dispuseram a publicar editais para o financiamento de pesquisas foram a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Como resultado, a pesquisa apontou 23 oportunidades de financiamento de pesquisa no combate à COVID-19, muitas delas tratadas como ações emergenciais no contexto pandêmico. De acordo com a tabela abaixo, o valor total desse financiamento, segundo a pesquisa, foi de R\$ 337.460.612,00, sendo quase 30% vindos de instituições públicas estaduais e quase 10% de instituições privadas.

Valores previstos pelas agências de fomento/órgão financiador de pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação para enfrentamento da Covid-19, Brasil, até 23 de abril de 2020.

Esfera	Agente financiador	Valor	%	% Acumulado
Pública federal	CAPES	110.425.600,00	32,7	32,7
Pública federal	CNPq	50.000.000,00	14,8	47,5
Pública estadual	FAPDF	30.000.000,00	8,9	56,4
Pública estadual	FAPERJ	30.000.000,00	8,9	65,3
Pública federal	Fiocruz	30.000.000,00	8,9	74,2
Pública estadual	FAPESP	20.000.000,00	5,9	80,1
Pública federal	Finep	15.000.000,00	4,4	84,6
Privada	SENAI	15.000.000,00	4,4	89,0
Pública estadual	FA	8.000.000,00	2,4	91,4
Privada	Vale S.A.*	5.446.100,00	1,6	93,0
Privada	ABDI	5.000.000,00	1,5	94,5
Pública estadual	FAPERGS	5.000.000,00	1,5	96,0
Privada	EMBRAPII	4.000.000,00	1,2	97,2
Pública estadual	FAPEMIG	2.000.000,00	0,6	97,8
Privada	Sebrae	2.000.000,00	0,6	98,3
Pública federal	Enap	1.750.000,00	0,5	98,9
Pública estadual	FAPEAM	1.618.912,00	0,5	99,3
Pública estadual	FAPESQ	1.000.000,00	0,3	99,6
Privada	Instituto Serrapilheira**	1.000.000,00	0,3	99,9
Pública estadual	FAPESB	220.000,00	0,1	100,0
Total Geral		337.460.612,00	100,0	-

Fonte: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1579/1222>

Cabe ressaltar os desafios que essas instituições públicas e privadas enfrentaram ao lançar editais, preparar e capacitar os seus funcionários para uma situação tão emergencial quanto a da pandemia. Ademais, captar recursos e planejar soluções inovadoras não foi uma tarefa fácil para se fazer tão rapidamente. Os desafios, no entanto, foram muitos cabendo ao Governo e à sociedade civil a atenção para adotar estratégias de solução de problemas diversos,

identificados, por exemplo, na gestão do sistema e também no subfinanciamento da saúde (falta de recursos).

2. Impactos da pandemia na educação e na ciência brasileira

Com o início da pandemia, além de os serviços públicos de saúde serem afetados, instituições públicas e privadas de ensino de todo o Brasil também sofreram impactos. Professores temporários, estagiários e funcionários de limpeza e alimentação contratados por empresas terceirizadas foram demitidos. Por outro lado, as instituições públicas sofreram um maior impacto negativo com a pandemia no que diz respeito à alocação de recursos públicos.

Com isso, vale ressaltar que não só o acesso à educação ficou prejudicado, mas também o acesso à alimentação de alunos que dependiam das refeições oferecidas pelas universidades e escolas públicas para se alimentarem. Por isso, faz-se importante discutir sobre recursos destinados às instituições de educação brasileiras. De acordo com o artigo de Alves et al (2020), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e intitulado “Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica”, os impactos da queda de recursos às instituições públicas de ensino aumentam as desigualdades sociais, principalmente em regiões mais pobres no país. Ainda segundo os autores, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é o principal mediador de transferências de recursos intragovernamentais. Dessa forma, o Fundeb se caracteriza por equiparar os gastos dos entes da federação relativos à educação.

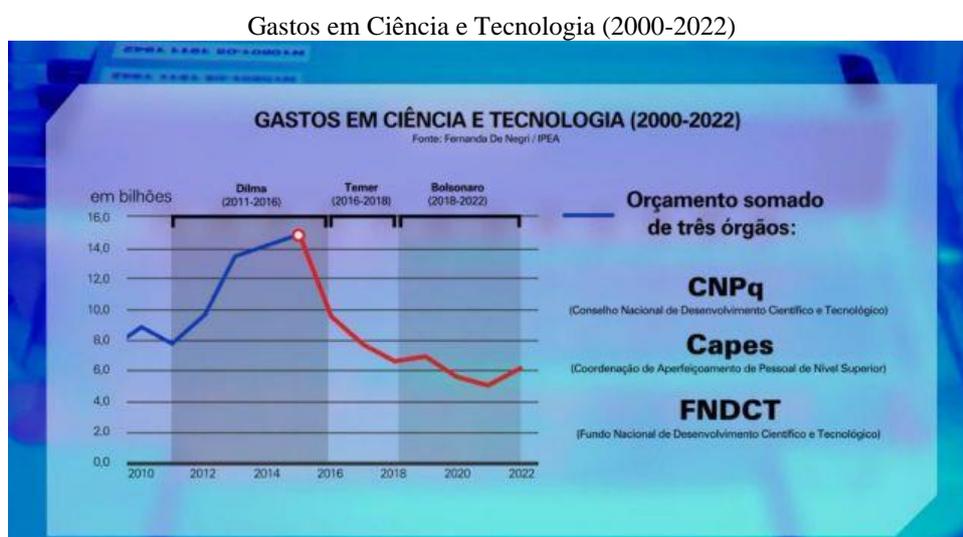
Segundo o art. 211 § 1º da Constituição Federal de 1988, compete à União em conjunto com os demais entes federativos a assistência técnica e financeira às instituições de ensino públicas do país, conforme informam Alves *et al* (2020):

No âmbito do financiamento, a Constituição Federal (CF, 1988) preceitua a aplicação de um percentual mínimo da receita líquida de impostos dos governos em manutenção e desenvolvimento do ensino – 18% para o governo federal e 25% para os entes subnacionais. Esta é a principal fonte para a educação, seguida por salário-educação, contribuição social recolhida por empresas e calculada sobre o total de remunerações dos empregados segurados, destinada ao financiamento da educação básica pública, com parcelas repartidas entre os entes da federação. (ALVES *et al*, 2020, p. 982).

Ademais, mídias de divulgação se tornaram o principal meio de informações para destacar as notícias relativas aos recursos destinados às pesquisas para as universidades relativas à pandemia no Brasil. No dia 16/4/2023, o Fantástico, programa jornalístico da Rede Globo, exibiu uma reportagem sobre o panorama da ciência no Brasil. Verbas cortadas, equipamentos quebrados e pesquisadores trabalhando de graça foram alguns dos apontamentos feitos pela reportagem. De acordo com a reportagem divulgada no portal do G1, o Fantástico

conversou com cientistas de todo o país sobre as condições de trabalho e o enfrentamento aos discursos anticiência. Cientistas relataram que os quatro anos do governo Bolsonaro não foram fáceis devido ao discurso negacionista e o desprezo à saúde no combate à pandemia. Segundo o professor Ricardo Galvão, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), “não foi só um desmonte, foi toda uma propaganda contrária à ciência, tentando imputar na sociedade uma certa aversão até pela ciência contínua e constante” (declaração emitida em 2019, após a qual o pesquisador foi demitido da função). A presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader, relatou que os últimos quatro anos foram “terríveis não só pela falta de recursos, mas pela negação do valor da ciência”.

A reportagem mostra, ainda, pesquisadores das universidades que iniciaram pesquisas, mas não tiveram recursos públicos para continuar, razão pela qual muitos desistiram da função, o que tem resultado na perda de profissionais capacitados em pesquisa científica no Brasil. Ainda segundo a reportagem, a desistência dos pesquisadores em continuar a pesquisa se deve à falta de bolsas para programas de pós-graduação. A reportagem mostra uma queda de 73% no número de bolsas de pesquisas de mestrado e doutorado em relação ao ano de 2019 e 2022. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) houve uma diminuição significativa de gastos em ciência e tecnologia relacionados aos últimos 12 anos (2010-2022). Esses dados ficam mais evidentes no gráfico abaixo:



Por isso, é preciso reconhecer que o Brasil precisa de governantes e políticas públicas que objetivam avanços em pesquisas científicas. Para que isso ocorra, faz-se necessária a destinação de mais recursos e maiores reconhecimentos aos pesquisadores do país para que, diante de eventual situação de calamidade em saúde pública, como uma pandemia, por exemplo, possamos ter ações eficientes e agilidade no combate de doenças.

3. Recursos destinados a grupos sociais vulneráveis

A pandemia da COVID-19 afetou significativamente as populações mais vulneráveis em especial as pessoas mais pobres. Mulheres, negros, moradores de periferias, povos indígenas, populações ribeirinhas e comunidades quilombolas foram os grupos sociais mais afetados pelos impactos da pandemia. Isso porque o fato de esses grupos vulneráveis enfrentarem dificuldades com acesso aos hospitais e melhores condições de saúde gerou maior letalidade e maior número de pessoas infectadas pelo vírus.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011a, p. 1), “(...) enquanto metas coletivas, a saúde e o bem-estar para todos deveriam estar entre as mais altas prioridades no âmbito local, nacional, regional e internacional”. Contudo, na maioria das vezes não é isso que vemos em contextos de calamidade pública.

Diante do cenário pandêmico, países adotaram rapidamente medidas de enfrentamento no combate à pandemia envolvendo principalmente grupos sociais vulneráveis. Contudo, o Brasil teve muita dificuldade em elaborar estratégias que atingissem toda a sua população. Isso se deveu às diferentes formas de reação dos entes da federação no combate à pandemia.

Devido à falta de liderança do governo federal, cada estado e município adotou medidas em diferentes momentos, com distintos níveis de rigidez e mecanismos de monitoramento e avaliação, segundo os seus próprios interesses e possibilidades. O mesmo ocorreu no tocante ao posterior processo de flexibilização das medidas, pautadas em critérios díspares entre as unidades da federação e grande falta de coordenação. (SILVA, 2021)

Segundo o artigo “A Pandemia de Covid-19 no Brasil: a pobreza e a vulnerabilidade social como determinantes sociais” publicado pela Revista Franco-brasileira de Geografia, cuja autora é Simone Affonso da Silva, “a maioria das medidas foram adotadas no Brasil de maneira descontextualizada das precárias condições de vida, renda e trabalho de parcela significativa da população, tornando-as inexecutáveis por parte de alguns grupos sociais”. (SILVA, 2021)

Ainda de acordo com Silva (2021), as principais medidas adotadas no Brasil foram direcionadas para a população de classe média e alta (aquelas que puderam aderir ao trabalho remoto, ou seja, usa o computador para trabalhar), deixando de lado as profissões que necessitam dos espaços e dos equipamentos para manuseio. Uma importante ação do governo federal para tentar mitigar o problema da falta de renda para populações mais vulneráveis foi a aprovação, pelo Congresso Nacional, do auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 para trabalhadores informais e pessoas de baixa renda. Contudo, para ser beneficiário desse programa, era necessário possuir um aparelho celular com acesso à internet para fazer o

cadastro digital. A falta de acesso à internet ou falta de conhecimento para utilizar um aparelho digital excluiu milhares de pessoas e trabalhadores que precisavam desse benefício.

Com isso, a desigualdade social no Brasil aumentou significativamente durante a pandemia. De acordo com Moura e Nogueira (2020) no artigo intitulado “As universidades e seu papel para a promoção da cidadania e a defesa dos direitos fundamentais” publicado na coletânea “O Direito Achado na Rua - Introdução Crítica ao Direito como Liberdade”:

O acesso a direitos fundamentais, previstos na Constituição de 1988, tem sido cada vez mais limitado, especialmente para as populações mais vulneráveis. Excluídas de serviços públicos de educação, saúde e saneamento, essas populações vivenciam uma persistente negação de sua cidadania. Segundo dados do IBGE (2020), quase um terço da população brasileira não vive em domicílios ligados à rede de esgoto, por exemplo. (ABRAHÃO & NOGUEIRA, 2020, p. 27)

A OMS elencou diversas medidas regionais e locais para o combate à pandemia da COVID-19. Dentre elas, medidas de proteção e estratégias para minimizar os impactos da pandemia em toda a população e principalmente em grupos sociais mais vulneráveis. Porém, essas medidas foram ignoradas pelo poder público, especialmente pelo presidente Jair Bolsonaro, em exercício à época. A minimização e a descoordenação de medidas para o enfrentamento da pandemia se devem ao seu negacionismo e a sua ignorância dos dados relatados diariamente por fontes de saúde.

Além disso, a violação dos direitos humanos teve uma crescente alta durante a pandemia. As mulheres em especial foram as que mais sofreram com o impacto da pandemia devido à falta de implementos de políticas públicas e estratégias do governo para que elas pudessem sentir menos os impactos da pandemia.

4. Efeitos da pandemia na vida das mulheres

Durante os movimentos feministas de negros ocorridos nos Estados Unidos e na Inglaterra nos anos de 1970 e 1980 surgiram os debates sobre interseccionalidade. A partir do movimento Black Feminism os debates se tornaram ainda maiores. Porém, o tema só foi sistematizado e aprofundado pela feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw. A autora é conhecida por desenvolver temas relacionados a raça e gênero. De acordo com ela, interseccionalidade é:

... uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002)

Diante da abordagem desenvolvida pela autora é necessário lembrar que existem pessoas de diferentes crenças, raças, gêneros orientação sexual e muitas dessas pessoas são submetidas a preconceitos e discriminações diariamente. A autora acredita que esses eixos podem ser tratados de formas distintas e excludentes. Porém, eles podem ser interligados e ser abordados juntos em algumas vezes.

Diante do conceito exposto sobre interseccionalidade faz-se necessária uma análise sobre o impacto da pandemia na vida das mulheres. As mulheres negras e periféricas foram as que mais sofreram com os reflexos da falta de recursos e falta de medidas protetivas. Devido a esse cenário, as desigualdades entre homens e mulheres foram potencializadas, atingindo em nível mais alto aquelas mais pobres e vulneráveis.

Em relação às mulheres em situação de vulnerabilidade social, é necessário abordar que a violência física e sexual teve um grande aumento durante o isolamento social imposto pela pandemia. Tais situações são reflexos da falta de medidas de proteção e de políticas públicas que ofereçam amparo para essas mulheres. No livro “Direitos Humanos e Covid-19: grupos sociais vulnerabilizados e o contexto da pandemia” Sousa Júnior et al (2020), abordam que:

A ideia romantizada atribuída ao lar não se parece em nada com a realidade da maioria da população, que não dispõe sequer de condições básicas de sobrevivência dentro de sua própria casa. Em vez de ser um local de conforto e segurança, a casa e o bordão ‘fique em casa’ podem estar servindo para perpetração de violências, amparados pela diminuição da vigilância por parte das instituições do poder público” (SOUSA JÚNIOR et al, 2020)

Dessa forma, o surgimento da pandemia do coronavírus foi um marco crucial para a discriminação de gênero em nossa sociedade gerando maiores desigualdades de gênero, raça e etnia e deram maior enfoque à violência doméstica e práticas de inferiorização e exclusão às mulheres.

4.1 Violência doméstica contra mulheres e seus desafios como provedoras

Historicamente a mulher tem sido discriminada na sociedade, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. A esfera pública é dominada pelos homens, caracterizando-se por ser uma esfera em que não há espaços para mulheres. Isso prejudica a sociedade, pois, se tivéssemos mais mulheres na esfera pública, temas como violência de gênero, políticas públicas para idosos e ações voltadas às crianças seriam mais discutidos. De acordo com a professora do

departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) Flávia Biroli, em seu texto intitulado “Público e Privado” (2014), a esfera pública e a esfera privada vivem a dualidade de questões relacionadas ao gênero. A esfera pública só debate questões públicas, deixando de lado as questões privadas. A falta de discussão da questão privada e a não inserção da mulher na esfera pública viola seus direitos à integridade física.

Uma das consequências da pandemia foi o aumento de violência baseada no gênero vivida por várias mulheres em todo o mundo. Em países que iniciaram o isolamento social primeiro registraram maiores índices de violência contra a mulher. No Brasil, a Lei Maria da Penha elenca dispositivos e mecanismos que protegem a mulher com o objetivo de assegurar proteção à vida das mulheres que sofrem agressões. Contudo, medidas de proteção relativas às mulheres foram negligenciadas pelo poder público durante a pandemia.

De acordo com o artigo publicado pelo IPEA, intitulado “Políticas Públicas e Violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: Ações presentes, ausentes e recomendadas”, de autoria de Alencar et al (2020), a China que foi o primeiro país a adotar medidas de isolamento registrou índices elevados de violência doméstica no ano de 2020. O quadro abaixo mostra um resumo das políticas públicas elaboradas por alguns países direcionados às mulheres na época da pandemia.

TIPO POLÍTICA PÚBLICA ADOTADA	INICIATIVAS	EXEMPLOS DE PAÍSES
Manutenção, expansão e inovação dos serviços públicos de atendimento à mulher, caracterizando-os como essenciais	Aumento de orçamento; expansão de linhas de disque-ajuda e dos dias e horários de atendimentos (24h/7); plataformas <i>on-line</i> para informações e pedido de ajuda; SMS: denúncia; WhatsApp: denúncia, atendimento psicológico; linha de assessoria jurídica; aplicativo com geolocalização para chamar a polícia; ampliação do número de vagas de abrigos; e audiências virtuais (telefone ou teleconferência) no sistema de justiça.	Argentina Chile Colômbia Espanha Estados Unidos França Portugal Uruguai
Garantia de renda para mulheres	Renda mínima; e inclusão em programas de transferência de renda.	Argentina
Reforço de campanhas de conscientização sobre violência de gênero	Campanhas para apoio de vizinhos na denúncia; cartilhas e guias sobre tipos de violência; e campanhas nas mídias sociais para expor o risco que as mulheres sofrem.	China França Portugal Suíça
Parcerias	Parceria com hotéis para aumento da capacidade de abrigo; parceria com organizações da sociedade civil para aumentar a capacidade de atendimento; parceria com comércios como mercados e farmácias para recebimento de denúncias; e parceria com os serviços postais para reconhecimento de sinais de violência.	Espanha França Países da região do Caribe Reino Unido

Fonte:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10100/1/NT_78_Disoc_Políticas%20Publicas%20e%20Violencia%20Baseada%20no%20Genero%20Durante%20a%20Pandemia%20Da%20Covid_19.pdf

Diante do quadro apresentado, não vemos o Brasil como exemplo de país que adotou medidas de prevenção de violência contra as mulheres durante a pandemia. Vale ressaltar que muitas mulheres brasileiras em situação de vulnerabilidades são mães solo e que têm mais de um filho para criar. O Projeto de Lei nº 2099/20 foi criado com o objetivo de garantir auxílio permanente, no valor de R\$ 1.200, às mães que sejam solteiras, únicas provedoras de sua família, e que vivam em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, elas se tornam as provedoras da casa tendo que sustentar todos os filhos sozinhas. Isso se deve a uma discriminação de gênero causada por maiores ofertas de emprego para mulheres e políticas públicas que as incluam no mercado de trabalho.

4.2. UnB em apoio às mulheres

As universidades públicas brasileiras são espaços de grande importância para a pesquisa e a ciência. De acordo com dados extraídos do artigo postado no portal da Associação Brasileira de Ciência (ABC), de autoria da pesquisadora Mariluce Moura (2019), as universidades públicas respondem por mais de 95% da ciência produzida no país. Dessa forma,

ações de extensão universitária são fundamentais para que a ciência e pesquisa avancem no Brasil, a fim de formar pessoas conhecedoras da realidade e com objetivos de propagar seus conhecimentos.

Projetos de extensão como Maria da Penha (PMP), Cravinas e Promotoras Legais Populares (PLPs) foram algumas das iniciativas criadas pela Universidade de Brasília, que ofereceram atendimento jurídico e psicológico a mulheres vítimas de violência durante a pandemia. Tais projetos partiram do aumento de casos de mulheres vítimas de violência doméstica.

De acordo com o portal de notícias do Decanato de Extensão, escrito por Guilherme Alves (2021), o Projeto Maria da Penha, por exemplo, presta, desde 2007, assessoria jurídica e psicológica a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O projeto conta com o trabalho voluntário de advogadas, psicólogas, assistentes sociais e estudantes de direito e psicologia. Coordenado pela professora Ela Wiecko, o projeto é desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica da UnB (NPJ) e atende mulheres de Ceilândia.

Tais iniciativas da Universidade de Brasília têm dado continuidade no apoio e atendimento às mulheres. Por isso, a implementação de projetos de extensão foi de fundamental importância para que esse problema seja amenizado e dado mais visibilidade à sociedade em geral.

5. COPEI no combate ao coronavírus

Durante a pandemia e até os dias de hoje a Universidade de Brasília se empenhou e se dedicou em promover ações para combater o coronavírus. Nesse contexto, o Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão (COPEI) foi criado, sendo composto pelo Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI) e pelo Decanato de Extensão (DEX), a fim de promover atividades e ações que priorizassem o combate à Covid-19. De acordo com dados do site do DPI, o COPEI realizou chamadas internas com mais de 180 projetos com o objetivo de apresentar projetos de pesquisas voltados para o combate ao coronavírus. Essas ações tiveram como foco alcançar as populações mais vulneráveis e mais impactadas pela pandemia. Tais chamadas receberam apoio de instituições financiadoras de recursos como o Ministério da Educação (MEC) e da Fundação de Amparo e Apoio à pesquisa no DF (FAPDF). De acordo com a Decana de Extensão da Universidade de Brasília Olgamir Amância (2022, p. 298) foram destinados cerca de 30 milhões de reais para financiamentos de ações voltadas ao combate à pandemia.

6. Conclusão

O financiamento de pesquisas durante uma pandemia foi fundamental para acelerar o desenvolvimento de uma vacina e tratamentos para a COVID-19. Apesar dos desafios financeiros enfrentados, pesquisadores, governos, organizações e empresas se uniram para fornecer recursos financeiros para impulsionar a pesquisa. A união desses esforços tem permitido o desenvolvimento de soluções mais rápidas para enfrentar a pandemia.

Ademais, políticas públicas que ofereçam recursos e medidas principalmente a grupos sociais vulneráveis no combate à pandemia são de extrema importância para que a população se sinta protegida e amparada em momentos de calamidade. Medidas essas que devem ser tomadas pelo poder público com o objetivo de mitigar problemas enfrentados pelos mais necessitados.

Por fim, estratégias de combate à violência doméstica, principalmente em tempos de pandemia, devem ser elaboradas e proporcionadas ao máximo de mulheres vítimas de agressão e violação de sua integridade física. Para que esse problema seja sanado é preciso que instituições públicas e privadas sejam capazes de elaborar medidas protetivas a todas as mulheres sem exceção. Propostas de projetos de extensão implementados pela Universidade de Brasília em proteção às mulheres tornam-se fundamentais para apaziguar esse problema e levar apoio às mulheres vítimas de violência doméstica.

7. Bibliografia

ABRAHÃO, Márcia, NOGUEIRA Mônica. **As universidades e seu papel para promoção da cidadania e a defesa dos direitos fundamentais**. ed. OAB, Universidade de Brasília, 2021.

AFFONSO, Simone da Silva et al. A Pandemia de Covid-19 no Brasil : a pobreza e a vulnerabilidade social como determinantes sociais. **Revista Franco-brasileira de Geografia**. São Paulo, n. 52, 18 nov 2021. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/40687?lang=pt>> Acesso em: 4 jun. 2023.

ALENCAR, Joana Luiza Oliveira et al. Política públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: ações presentes, ausentes e recomendadas. **Repositório do Conhecimento do IPEA**. IPEA, jun.2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10100>> Acesso em: 4 jun. 2023.

ALVES, Guilherme. Durante a pandemia, projetos de extensão oferecem atendimento jurídico e psicológico a mulheres vítimas de violência. **Decanato de Extensão**. Brasília, 11 mar 2021. Disponível em: <<http://dex.unb.br/noticias/769-durante-a-pandemia-projetos-de-extensao-oferecem-atendimento-juridico-e-psicologico-a-mulheres-vitimas-de-violencia>> Acesso em: 4 jun. 2023.

ALVES, Thiago et al. Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, jul-ago, 2020.

AMANCIA Olgamir. **O compromisso social das universidades públicas na construção de estratégias de enfrentamento à Covid-19**. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2022.

BIROLI, Flávia. O Público e o Privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Feminismo e Política**. Brasília: Boitempo, 2014, 1ª Edição, p. 31-46 (cap. 2).

CAETANO, Rosângela et al. Perfil e financiamento da pesquisa em saúde desencadeada pela pandemia da COVID-19 no Brasil. **Visa em Debate: sociedade, ciência e tecnologia**, 2020.

COVID-19 UnB em Ação. **COPEI. Decanato de Extensão**. Brasília, 26 fev. 2021. COPEI. Disponível em: < <http://repositoriocovid19.unb.br/wp-content/uploads/2021/03/Portfólio-26.02.2021.pdf>> Acesso em: 4 jun. 2023.

DE SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução crítica ao direito como liberdade**. OAB Nacional Editora, 2021.

FUNCIA, Francisco et al. Análise do financiamento federal do Sistema Único de Saúde para o enfrentamento da Covid-19. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, V.46, abr-jun 2022.

IGNACIO, Julia. O que é Interseccionalidade? **Politize**. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwmtGjBhDhARIsAEqfDEdBpWkFQbDJA-sK6JblBnQdPvvX-ZMM2rO2ELL4gX1QBG_-Pq-T73IaAgmNEALw_wcB> Acesso em: 4 jun. 2023.

MENDES, Luciana et al. Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, V. 44, dezembro, 2020.

MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Academia Brasileira de Ciências**. 15 abr 2019. Disponível em: < <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>> Acesso em: 4 jun. 2023.

ROCHA, Enid. REZENDE Valéria. A pandemia da COVID-19 na vida de crianças e adolescentes no Brasil: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea**, 2022.

SANTOS, Gersiney et al. **Políticas Públicas e SUS: o lugar do dialogismo como estratégia discursiva contra violências e barreiras no acesso à cidadania**. ed. Pontes Editores, São Paulo, 2023.

Verbas cortadas, equipamentos quebrados e pesquisadores trabalhando de graça; veja o panorama da ciência no Brasil. G1. 16/04/2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/04/16/verbas-cortadas-equipamentos-quebrados-e-pesquisadores-trabalhando-de-graca-veja-o-panorama-da-ciencia-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

WESTIN, Ricardo. Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. **Senado Federal**. Brasília. 2020. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>>. Acesso em: 4 jun. 2023.